

REFLEXÕES SOBRE O PATRIMÔNIO DIGITAL NA BIBLIOGRAFIA NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Fernanda Barbizan Kressin¹

Cezar Karpinski²

Resumo: O artigo apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo foi o de analisar a produção científica brasileira sobre Patrimônio Digital na área de Ciência da Informação publicada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Especificamente, os objetivos foram: apresentar as principais reflexões teóricas sobre o conceito de patrimônio na interface digital; identificar os periódicos em que os artigos foram publicados; descrever as principais temáticas, autores e data de publicação. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como exploratória, descritiva e de caráter quali-quantitativo, com o levantamento de um *corpus* formado por 12 documentos. Como resultados, verifica-se que as primeiras publicações ocorreram em 2007 e as últimas, em 2018, sendo a maioria dos artigos recuperados publicada nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Concluiu-se que, apesar de um termo recente e de grande importância científica e social, as publicações sobre Patrimônio Digital ainda são escassas e, além do mais, são poucos os autores brasileiros que discutem os conceitos.

Palavras-chave: Patrimônio digital. Ciência da Informação. Produção científica. Biblioteconomia.

REFLECTIONS ON DIGITAL HERITAGE IN THE NATIONAL BIBLIOGRAPHY OF INFORMATION SCIENCE

Abstract: The article presents results of a bibliographical research whose objective was to analyze the Brazilian scientific production on Digital Heritage in the area of Information Science published in the Reference Database of Periodical Articles in Information Science (BRAPCI). Specifically, the objectives were: to present the main theoretical reflections on the concept of equity in the digital interface; identify the journals in which the articles were published; describe the main themes, authors and date of publication. Methodologically, the research is characterized as exploratory, descriptive and qualitative-quantitative, with the collection of a corpus of 12 documents. As a result, it is verified that the first publications occurred in 2007 and the last ones in 2018, most of the articles being retrieved published in the annals of the National Meeting of Research in Information Science (ENANCIB). It was concluded that, despite a recent term and of great scientific and social importance, publications on Digital Heritage are still scarce and, moreover, few brazilian authors discuss the concepts.

Keywords: Digital heritage. Information Science. Scientific production. Librarianship.

1 Introdução

Patrimônio deriva da palavra latina *patrimonium*, que significava a transmissão de bens e heranças de pai para filho (HARTOG, 2006). Nesse sentido, o conceito nasce com a intenção de representar os bens capazes de transmitir às

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Curso de Graduação em Biblioteconomia. Florianópolis, SC, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Departamento de Ciência da Informação.

futuras gerações conhecimentos e riquezas adquiridos pelos antepassados. Fonseca (2004, p. 53) explica que, no período medieval, os aristocratas projetavam em seus castelos e outras representações de sua linhagem o sentimento de continuidade, uma vez que seriam a herança dos seus sucessores e deveriam, portanto, serem preservados.

No final do século XVIII, percebeu-se a necessidade de preservação dos monumentos que invocavam a memória evitando o esquecimento dos feitos do passado. Criou-se então, na França, uma comissão responsável por elaborar políticas de conservação e instrumentos jurídicos e técnicos para a salvaguarda, assim como procedimentos técnicos necessários para a conservação e o restauro de monumentos (CHOAY, 2006, p. 12).

No decorrer do século XX, houve significativas modificações no que se entende por cultura e história, repercutindo no entendimento dos bens considerados patrimônios. Atualmente, segundo Chagas (2007), a literatura especializada utiliza o conceito de forma abrangente, a partir de termos como: patrimônio digital; patrimônio genético; patrimônio intangível (ou imaterial); patrimônio industrial; patrimônio emergente; patrimônio comunitário; e patrimônio da humanidade.

O ambiente digital apresentou um meio rápido, de baixo custo e prático de acesso às informações, que agora são produzidas e compartilhadas no ciberespaço. Isso porque o avanço tecnológico não transformou apenas a forma como as pessoas se comunicam e se relacionam, mas também sua percepção do mundo e da sociedade ao seu redor.

Esse ambiente também possibilitou uma nova categoria de patrimônio: o patrimônio digital. Cavalcante (2007, p. 155) diz que “[...] com o advento da tecnologia, o estatuto do patrimônio adquire novo status e agrega valores e formatos, bem como nova problemática a ser estudada por pesquisadores, de modo interdisciplinar”.

Essa nova categoria de bem patrimonial é constituída por bens culturais criados somente em ambiente virtual ou por bens duplicados na representação da

web e cobre materiais digitais. Embora o termo não seja tão recente, o debate sobre tal tema ainda se encontra em construção e, por isso, é importante incentivar a discussão sobre o patrimônio digital no Brasil para assegurar que a informação digital seja recuperável no futuro, no qual a obsolescência tecnológica dos meios em que foi criada pode prejudicar o acesso por futuras gerações - uma vez que sites e redes sociais deixam de existir, mudam de endereço, as instituições também deixam de pagar a assinatura de bases de dados e todas essas informações são perdidas.

Diante do fato de esse patrimônio disponível em meio digital ainda ser uma novidade, questiona-se: o que a área da Ciência da Informação tem produzido sobre Patrimônio Digital? Sendo assim, esta pesquisa buscou responder a esta questão tendo como objetivo geral: analisar as publicações científicas brasileiras em língua portuguesa indexadas na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) sobre Patrimônio Digital. De forma específica, os objetivos são: apresentar as principais reflexões teóricas sobre o conceito de patrimônio na interface digital; identificar as fontes em que os artigos foram publicados; e descrever as principais temáticas, autores e data de publicação.

Escolheu-se a análise da produção científica em razão de que esta modalidade leva em consideração alguns pressupostos, que apresentam informações importantes para o embasamento de futuras pesquisas. Segundo Rousseau (1998) conclui-se que:

1. Os resultados dos projetos e das pesquisas são sempre enviados para publicação;
2. Uma vez enviados para publicação, os trabalhos são submetidos à avaliação de pares;
3. Todos os trabalhos publicados em revistas científicas fornecem, através de citações e discussões, uma fundamentação teórica que apoiou o desenvolvimento da pesquisa;
4. Todas as obras citadas na pesquisa aparecem nas referências;
5. Os periódicos científicos são essenciais na comunicação entre pesquisadores, porque a literatura científica é a principal representação da atividade científica e da rede de relações entre os campos;
6. Apresenta um indicador quantitativo da produção científica.

Para Witter (1999), estudar o que foi produzido permite o mapeamento do “estado da arte” daquela área de conhecimento, expondo as lacunas existentes e até as áreas/temas que já foram muito pesquisados. Conseqüentemente, o tema do artigo se justifica, visto que o reconhecimento de documentos em meio digital como um patrimônio pode fundamentar grandes mudanças, pois o patrimônio digital pode ser um instrumento de pesquisa, do ponto de vista histórico e social. Nesse contexto, visa contribuir com a produção de estudos e conteúdos sobre o assunto.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa se caracteriza como bibliográfica, exploratória, descritiva e de caráter quali-quantitativo. Na primeira etapa da pesquisa, quantitativa, foi realizado o levantamento dos dados na BRAPCI, por ser uma base de dados referenciais de periódicos nacionais da área da Ciência da Informação, sem delimitação cronológica.

Os objetos de análise do presente estudo constituíram-se de artigos científicos nacionais cujo termo “Patrimônio Digital” encontra-se nas palavras-chave ou no título. Para tanto, determinou-se como estratégia de busca a utilização do termo entre aspas e a demarcação dos campos “palavras-chave” e “título”.

A busca foi realizada em duas etapas: a inicial, na qual se marcou o campo “título” e obteve-se quatro artigos como resultado. No entanto, um deles foi publicado em língua espanhola no periódico “Biblios” (Peru). Este foi excluído do escopo de análise por não preencher um dos quesitos deste estudo: publicação científica brasileira em língua portuguesa.

Na segunda busca, em que foi assinalado o campo “palavras-chave”, retornaram 11 artigos, incluindo dois artigos selecionados da busca anterior. Dessa forma, somando todos os documentos recuperados e descontando as duplicadas, esta pesquisa contou com um total de 12 documentos para análise.

A fim de atender aos objetivos qualitativos do estudo, as informações do *corpus* recuperado foram transferidas manualmente para uma planilha desenvolvida no programa Microsoft Excel versão 2010. A organização das planilhas aconteceu de forma a possibilitar a análise dos artigos em relação aos seguintes indicadores:

periódicos em que foram publicados, Qualis dos periódicos, ano de publicação, temáticas e autores.

2 INTERFACES TEÓRICAS PARA UM DELINEAMENTO CONCEITUAL DE PATRIMÔNIO DIGITAL

Este segmento tem como propósito contribuir com a fundamentação teórica do estudo, expondo os seguintes assuntos: Digital e virtual, Patrimônio, Patrimônio Imaterial, Patrimônio digital e Patrimônio em Biblioteconomia. Essas temáticas pertencem ao escopo temático do objeto de estudo e, assim, descreve-se brevemente os conceitos apresentados.

2.1 DIGITAL E VIRTUAL

Com o avanço tecnológico, a comunicação entre as pessoas também engloba tecnologias que vão além da comunicação oral, e pode-se entender que essa tecnologia também é capaz de conversar entre si. Como Dodebei (2008, p. 2) descreve bem, são “dois mundos” que “[...] se apresentam entre a concretude do território e a virtualidade do espaço-temporal desterritorializado”.

Lévy (2010) traz para o termo virtual o conceito de que ele não se opõe ao real nem ao material. O virtual é real e existe, porém está “desterritorializado”. Ou seja, virtual é tudo aquilo que existe no ciberespaço, na internet. Já o digital é a tradução de uma informação, presente em qualquer suporte, para a linguagem do computador. Letras e sons são transformados em números e imagens em *pixels*.

Seguindo esses princípios de Levy, Dodebei (2011) afirma que digitalizar é a transformação de um objeto físico em um objeto digital, ou seja, é o processo pelo qual determinado patrimônio físico torna-se digital.

Na literatura arquivística, observa-se emprego dos termos “eletrônico” e “digital”. Conforme a definição do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2016,

não paginado), um documento digital é “[...] informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional”. Entretanto, o documento eletrônico é “[...] informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de um equipamento eletrônico”.

Conseqüentemente, o documento digital é eletrônico, mas nem todo documento eletrônico é digital. Simplificando, informações digitais são aquelas que passaram por um processo de digitalização e podem ser interpretadas e visualizadas no computador ou qualquer dispositivo eletrônico. Já as informações virtuais podem ser as digitais disponibilizadas na rede/internet como também aquelas que nascem no ciberespaço.

2.2 PATRIMÔNIO

Se num primeiro momento o conceito de patrimônio referia-se apenas à herança ou aos bens de uma família que eram transmitidos de pais para filhos, especialmente no que diz respeito aos bens de valor econômico e/ou afetivo, no decorrer dos tempos a palavra foi progressivamente adquirindo outros significados e adquirindo novas características, sem prejudicar o âmbito inicial (HARTOG, 2006).

A etimologia da palavra traduz a concepção de herança paterna. Já no ponto de vista jurídico refere-se a bens, materiais ou não, ações, direitos e qualquer coisa que pertença a uma pessoa ou organização e que possua valor econômico. Segundo Cavalcante (2007, p. 154-155) a noção de patrimônio passou a agregar também “[...] experiências, tradições, produções e acontecimentos, que se estabelecem entre os sujeitos, compondo uma memória social [...]”. Esta afirmação levanta uma informação importante para fomentar a discussão dos conceitos de Patrimônio Digital: a memória social registrada no ambiente virtual.

Gonçalves (2003, p. 25) lembra como o termo patrimônio é abrangente e muito utilizado no dia a dia, pois se refere a “[...] patrimônios econômicos e

financeiros, dos patrimônios imobiliários; [...] patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos”. Portanto, percebe-se que o termo patrimônio estava atrelado à ideia de propriedade.

Somente após a Revolução Francesa que o significado deste termo foi ampliado e “[...] estendeu-se do privado, [...] para o conjunto dos cidadãos. Desenvolve-se a concepção de bem comum e, ainda, de que alguns bens formam a riqueza material e moral do conjunto da nação” (ABREU, 2003, p. 35). A partir desse momento, o patrimônio passa a ter um valor maior para a preservação da memória social.

Pode-se dizer que no passado havia uma sutil separação entre o bem cultural, o informacional e o documental. Dessa forma, a cultura pertencia aos museus, a informação à biblioteca e os documentos administrativos aos arquivos (DODEBEI; GOUVEIA, 2008). Contudo, quando começou a se discutir a preservação da memória social, esses “bens” passaram a se chamar patrimônio cultural.

O conceito de patrimônio, até hoje é polissêmico, assim como os conceitos de cultura e a memória. A esfera patrimonial expandiu a tal ponto que complicou a delimitação de fronteiras conceituais. Isso se deve ao fato de que a tipologia de patrimônios foi ampliada de tal forma que abrange tanto os bens materiais quanto os bens imateriais, assunto do próximo item.

2.3 PATRIMÔNIO IMATERIAL

A intangibilidade do patrimônio imaterial e sua vontade de dar visibilidade aos grupos sociais que foram marginalizados na sua representação são algumas das problemáticas apontadas por autores e estudiosos do patrimônio no Brasil. Soma-se a isso, um cenário nacional em que a política patrimonial se baseia, essencialmente, na preservação de monumentos de “cal e pedra”. (FONSECA, 2009)

Alguns autores defendem que o patrimônio digital é um patrimônio imaterial ou intangível. Portanto, uma distinção entre eles torna-se necessária. Apesar de ser um dos mais difíceis de explicar, o patrimônio cultural imaterial é classificado pelo Artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2003) - sendo o Brasil país signatário - da seguinte forma:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimento e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2003, p. 4)

A UNESCO é considerada mediadora na discussão da preservação tanto do Patrimônio Cultural quanto no Patrimônio Digital. Gonçalves (2003) completa o conceito da UNESCO explicando que festas, religiões, medicina popular, dança, música e culinária são consideradas patrimônios imateriais.

Corrobora ainda Aikawa (2004) para quem o conceito de patrimônio imaterial é um processo e não um produto, pois se constitui como “[...] fonte de identidade, diversidade e transmissão de um conhecimento de determinada cultura; além de solicitar a participação de seus praticantes/criadores em sua preservação” (AIKAWA, 2004, p. 146, tradução nossa).

Concluindo a discussão e reforçando os dizeres de Aikawa, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) salienta que o patrimônio Imaterial:

constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (IPHAN, 2019, não paginado)

Segundo Fonseca (2005, p. 172), pode-se considerar o Brasil como um precursor quanto às questões relativas aos patrimônios imateriais, pois foi um dos primeiros países a elaborar ferramentas para a preservação do seu patrimônio intangível. Contudo, rematando o que já foi discutido, ainda é possível sugerir uma

revisão nos critérios para registro de um bem imaterial. É intrínseco à imaterialidade um alcance superior às fronteiras espaciais.

2.4 PATRIMÔNIO DIGITAL

Esta nova categoria de patrimônio é constituída por bens culturais criados somente em ambiente virtual ou por bens duplicados na representação da *web*. A discussão sobre o patrimônio digital aparece pela primeira vez durante a 32ª Conferência da Unesco, em 2003, em que se discutia o conceito de patrimônio imaterial.

Durante a convenção, foi aprovada a Carta do Patrimônio Imaterial e discutido um projeto de carta para o patrimônio digital. Em seu preâmbulo, o documento é uma declaração de princípios cujo objetivo é ajudar os estados membros a definir suas políticas nacionais e atender ao interesse público para a preservação e o acesso ao patrimônio digital.

A UNESCO define o patrimônio digital como:

Recursos de conhecimento ou expressão humana, seja cultural, educacional, científico e administrativo, ou abrangendo a informação técnica, legal, médica e outros tipos de informação, criados digitalmente ou convertidos de sua forma analógica original à forma digital. [...] incluem textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, softwares, e páginas Web, entre uma ampla e crescente variedade de formatos. Eles geralmente são passageiros e requerem produção, manutenção e gerenciamento intencionais para serem preservados. Muitos desses materiais são de valor e significância duradouros, e por isso constituem um patrimônio que deve ser protegido e preservado para as gerações atual e futura. Este patrimônio existe em qualquer língua, parte do mundo, e em qualquer área do conhecimento e expressão humanos. (WEBB, 2003, p 13, tradução nossa).

Diante dessa conceituação, depreende-se que o avanço tecnológico não transformou apenas a forma como as pessoas se comunicam e se relacionam, mas também sua percepção do mundo e da sociedade ao seu redor. Dodebei (2011, p. 3) completa dizendo que “[...] o conceito em uso de patrimônio digital tangencia a ideia

de patrimônio virtual, quer dizer, o patrimônio intangível ou imaterial circulando na *web*, em contraposição ao conceito de patrimônio edificado, de ‘pedra e cal’”.

A partir das reflexões de Dodebei (2008), é possível inferir que os adjetivos “virtual” e “digital” modificam o conceito de patrimônio, especificando-o com propriedades criadas no âmbito da filosofia (Virtual) ou no âmbito da Cibernética (Digital). O conceito de patrimônio sofre também outras transformações produzidas pelas novas dimensões de tempo e de espaço do mundo organizado pelas redes de computadores, especialmente em relação aos atributos de acumulação, permanência e integridade.

Ao verificar a bibliografia, percebe-se que o conceito de patrimônio digital é muito recente e está aberto a discussões, pois encontra-se ainda em construção. Como foi discutido anteriormente, existe diferença entre o digital e virtual e isso afeta a conceitualização de patrimônio digital. Contudo, Dodebei (2008, p. 28) ainda afirma que, ao “[...] transformar textos, sons e imagens em bytes, a digitalização facilita a compreensão de que a dicotomia do atributo matéria aplicado ao patrimônio é uma construção não essencial de natureza operacional”. Assim, o valor patrimonial dos objetos não pode ser auferido essencialmente à sua matéria física.

Portanto, ao tratar dos conceitos de patrimônio digital percebe-se a necessidade de explicar e determinar se existem diferenças entre digitalização e a criação digital de determinado patrimônio. Ao digitalizar determinado acervo de um museu, criando um museu virtual, por exemplo, amplia-se a capacidade de divulgação daquele patrimônio.

Nesse caso, o patrimônio físico já existe. O digital é usado como uma representação ou uma simulação do físico. O segundo caso é o patrimônio nascido digitalmente. Aí entram todos os tipos de informações em forma de texto, imagens, vídeo e uma série de documentos criados digitalmente, sejam através de aparelhos digitais, tais como câmeras fotográficas, *tablets*, computadores ou celulares, ou através da própria *internet*.

Das discussões apresentadas até aqui, entende-se o patrimônio cultural digital como: a duplicação digital de bens culturais, sejam estes materiais ou imateriais, protegidos ou não por instituições de salvaguarda; a organização e o gerenciamento de acervos digitais, que podem estar disponíveis para acesso na internet; o uso de ferramentas digitais para coleta de dados, obtendo maior alcance e precisão em comparação ao desempenho de aparelhos analógicos; as interações e os conteúdos produzidos na internet relacionados a bens patrimoniais; e o patrimônio de gênese digital.

Após esclarecidos esses pontos, entra-se na determinação dos quesitos para utilização do termo patrimônio digital que levantam outra discussão. Por meio de políticas de preservação é que se estabelecem os parâmetros para determinar o que é ou não patrimônio. A preservação do patrimônio também precisa passar por um processo de seleção, pois nem tudo será preservado. Ao preservar esse patrimônio, garante-se o acesso à memória social de um povo em uma época regida pela internet e registrada em servidores que podem deixar de existir a qualquer momento.

É preciso destacar o fato de que o patrimônio digital deve garantir democraticamente a diversidade de línguas e culturas, buscando preservar identidades e diversidades para garantir a salvaguarda de memórias nitidamente frágeis.

2.5 PATRIMÔNIO E A BIBLIOTECONOMIA

Devido ao seu caráter interdisciplinar, a biblioteconomia tem aporte para auxiliar e realizar a preservação do patrimônio digital. O Ministério da Educação, em suas diretrizes curriculares da educação nacional, inclui a Biblioteconomia como uma das disciplinas da Ciência da Informação (BARBOSA *et al.*, 2000). Nesse sentido, ao lado da Museologia e da Arquivologia, a Biblioteconomia é uma ciência em construção.

De forma específica, pode-se destacar que Biblioteconomia apresenta um grande potencial para auxiliar no processo de patrimonialização e preservação de objetos digitais. Apropriando-se do alicerce metodológico de outras ciências e propondo como objeto de estudo a informação registrada em diferentes suportes, o bibliotecário precisa estar preparado para gestão da informação no universo digital.

A preocupação desse profissional, na era tecnológica, é a expectativa de vida dos novos suportes da informação, que tende a diminuir ao longo dos anos. Como os recursos tecnológicos estão em constante evolução, existe o perigo de a tecnologia dos suportes digitais, em alguns anos, tornar-se obsoleta e, conseqüentemente, inadequada para as Bibliotecas. Carteri (2004) ressalta que esses profissionais são também gestores, restauradores, educadores e, por isso, podem atuar como educadores patrimoniais, já que atuam com a memória.

O conhecimento do bibliotecário engloba desde o processo de construção da informação até a arquitetura da informação e os processos de gestão da informação. No Brasil, a matriz curricular dos cursos de Biblioteconomia confere ao profissional a noção do uso da informação, da sua importância e dos seus possíveis resultados sociais e econômicos. Ortega y Gasset (1967) lembra que o bibliotecário é o “guardião” das necessidades informacionais dos usuários, pois proporciona o acesso ao conhecimento para torná-los mais independentes e autônomos.

Na questão patrimonial, Dencker (2012, p. 138) destaca o patrimônio como “[...] instrumento de desenvolvimento de identidades, formas de manutenção de poder, preservação de determinadas versões de fatos históricos, somada a questão dos valores [...]”. São aspectos significativos para o processo que determina o que deve compor a memória social. Castro (2008, p. 8) completa enunciando que “[...] a discussão sobre patrimônio está inserida num campo histórico de poder, socialmente configurado”. Assim, o valor de memória inerente ao patrimônio estaria vinculado ao campo de disputas da memória tão recorrentes na atualidade.

As sociedades modernas, complexas e heterogêneas, configuram-se pela coexistência, que podem ser harmoniosas ou não, de diferentes identidades sociais,

tradições culturais e visões de mundo. Portanto, diferentes noções do que deve ser preservado como patrimônio. Uma responsabilidade tão grande como esta só é admissível em um ambiente transdisciplinar, no qual o bibliotecário deverá interagir com outros profissionais de outras áreas que irão agregar de diferentes formas na delimitação do que torna um objeto digital um patrimônio.

4 A BIBLIOGRAFIA SOBRE PATRIMÔNIO DIGITAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA

A análise da produção intelectual foi conduzida com o objetivo de mapear a abordagem do tema Patrimônio Digital na Ciência da Informação. O quadro 1 apresenta, com o intuito de facilitar a visualização e interpretação dos resultados, os 13 documentos recuperados nas duas etapas das buscas. Lembrando que o artigo número 12 foi excluído da análise por ser de língua e publicação estrangeira.

Quadro 1 - Publicações recuperadas durante as buscas.

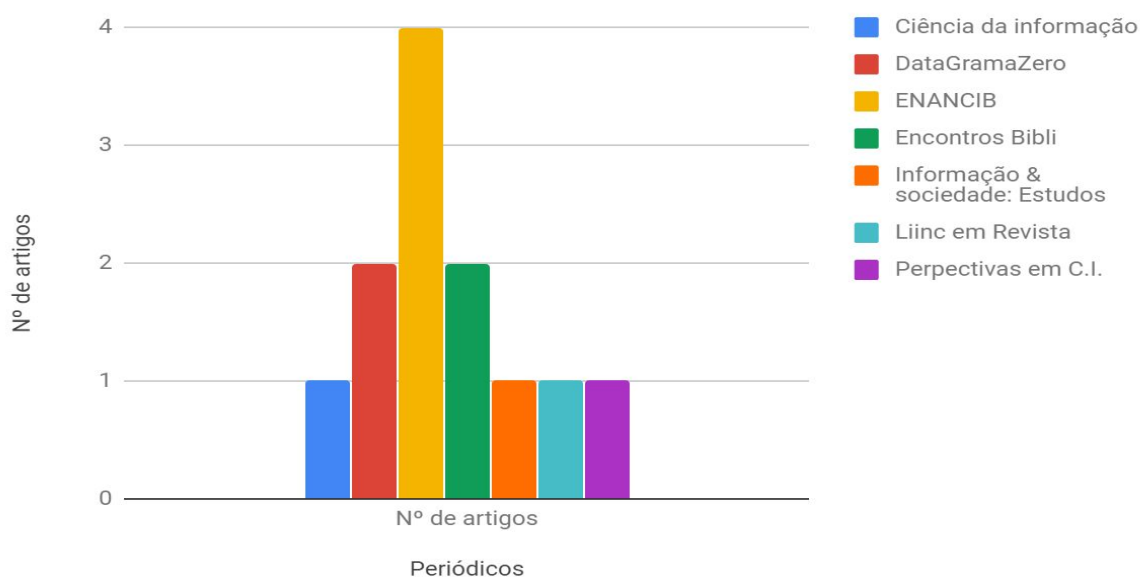
Cód.	Autoria	Título do trabalho	Ano	Fonte
1	FERREIRA, R.; Ramos ROCHA, L.; Maria G. M.	Museu virtual conversão digital: curadoria digital e navegabilidade das interfaces virtuais.	2017	ENANCIB (XVIII)
2	FERREIRA, R.; Ramos ROCHA, L.; Maria G. M.	Usabilidade da interface virtual de museus constituídos apenas no plano físico.	2018	ENANCIB (XIX)
3	MARCONDES, C.H.	Relacionamentos culturalmente relevantes para interligar objetos do patrimônio digital na Web usando tecnologias de dados interligados.	2018	ENANCIB (XIX)
4	PADILHA, R. C.; CAFÉ, L.; SILVA, E. L.	O papel das instituições museológicas na sociedade da informação/conhecimento.	2014	Perspectivas em Ciência da informação
5	DODEBEI, V.; GOUVEIA, I.	Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer.	2008	DataGramaZero
6	DODEBEI, V,	Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?	2011	DataGramaZero

Cód	Autoria	Título do trabalho	Ano	Fonte
7	CAVALCANTE, L.	Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade.	2007	Encontros Bibli
8	GALINDO, M.	O Dilemma do Pharmacon.	2014	Ciência da informação
9	ROZESTRATEN, A. <i>et al</i>	Reflexões sobre o patrimônio digital a partir da experiência do projeto Arquigrafia.	2015	Liinc em Revista
10	DODEBEI, V.	Novos meios de memória: livros e leitura na época dos weblogs.	2009	Encontros Bibli
11	CAVALCANTE, L.	Os percursos da memória: a exposição virtual <i>cartes postales du Québec d'antan</i> como fonte de informação histórica.	2007	Informação & sociedade: Estudos
12	FERNÁNDEZ, J.	La problemática del patrimonio digital: el caso de Costa Rica.	2012	Biblios (Peru)
13	FERREIRA, R. R.; ROCHA, L. M. G. M.	Museus Virtuais: entre termos, conceitos e formatos	2018	ENANCIB XIX

Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

Em concordância com a metodologia, o primeiro ponto estabelecido foi a análise das fontes em que os artigos foram publicados. Conforme o gráfico 1, é notório que os anais do ENANCIB obteve o maior número de publicações, seguido pelas revistas DataGramaZero e Encontros Bibli. Entretanto, os dados revelam a preferência pelos periódicos nacionais (67%) em vez de eventos (33%) no momento de escolha dos veículos de publicação.

Gráfico 1: Fontes.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Pode-se entender que o ENANCIB foi a fonte que mais retornou trabalhos relacionados ao tema, mesmo não sendo o meio de publicação predileto dos pesquisadores. A escolha de um evento para publicação científica indica que grande parte das pesquisas estão em andamento. Campello (2000) explica que algumas áreas do conhecimento consideram os trabalhos apresentados em evento como documentos provisórios, pois serão publicados futuramente em periódicos na forma de artigos.

A escolha de eventos para publicação de trabalhos talvez se deva ao fato de que o pesquisador tem seu trabalho avaliado imediatamente, enquanto que em periódicos científicos a avaliação pode demorar meses.

Campello (2000) ainda explica que metade dos trabalhos apresentados em encontros científicos pode mudar substancialmente após a apresentação, tendo em vista as sugestões feitas pelos participantes durante as sessões. Isso indica que o encontro desempenha um papel de aperfeiçoamento, contribuindo para melhorar a

qualidade dos trabalhos. Fato comprovado durante esta pesquisa, posto que três trabalhos recuperados na BRAPCI não contém o texto completo em pdf, apenas o resumo, sendo um publicado em 2017 e os outros dois no ano de 2018.

Outro ponto que se buscou analisar foi o Qualis das revistas. O Qualis é um sistema de qualificação de periódicos, configurado por iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que atende às necessidades do sistema de avaliação da pós-graduação brasileira (CAPES, 2005). Dessa forma, o Qualis objetiva aferir qualidade à produção científica a partir dos critérios de avaliação dos veículos de divulgação. O quadro 2 apresenta os oito artigos publicados em periódicos de acordo com o seu Qualis.

Quadro 2: Qualis X números de publicações

Revistas	Qualis	Nº de artigos publicados
Ciência da Informação	B1	1
DataGramZero	B3	2
Encontros Bibli	A2	2
Informação & Sociedade: Estudos	A1	1
Liinc	B1	1
Perspectivas em Ciência da Informação	A1	1

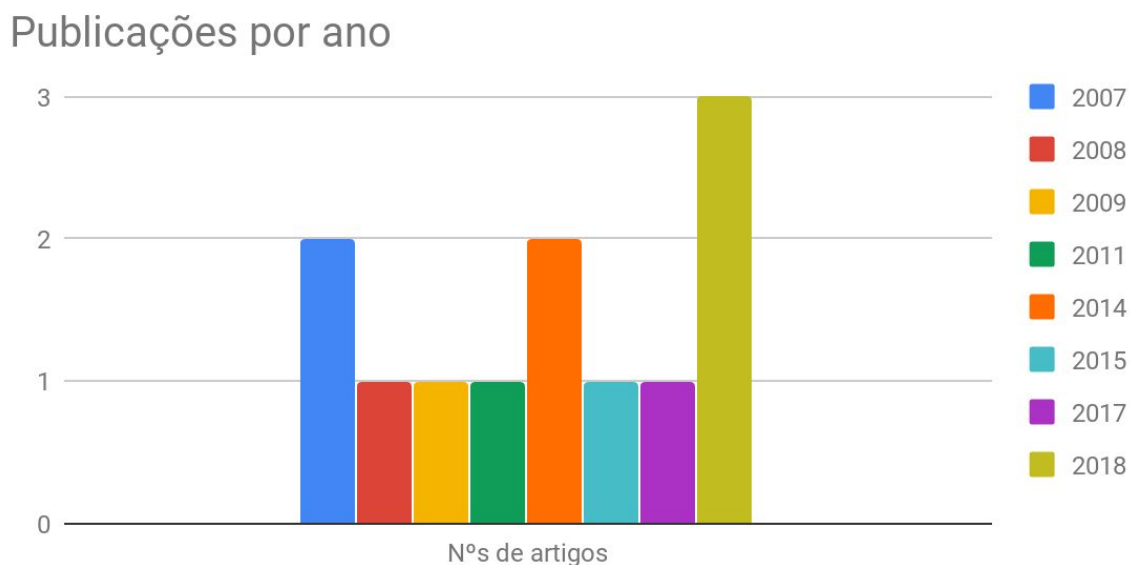
Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

A análise dos objetos de estudos revela que as publicações ocorreram em maior número em revistas com os Qualis A2 e B3, com dois artigos cada uma. Observa-se a presença de artigos em duas revistas A1 (Informação & Sociedade: Estudos e Perspectivas em Ciência da Informação), e duas B1 (Ciência da Informação e Liinc em Revista). Por mais que não se encontrem muitas pesquisas sobre Patrimônio Digital, as publicadas são comprovadamente de qualidade devido

ao Qualis A1, A2 e B1 das revistas, uma vez que a Revista DataGramZero encerrou suas publicações no ano de 2016.

Quanto ao ano de publicação dos artigos, é possível observar no gráfico 2 a quantidade de publicações em cada ano.

Gráfico 2: Ano de publicação.



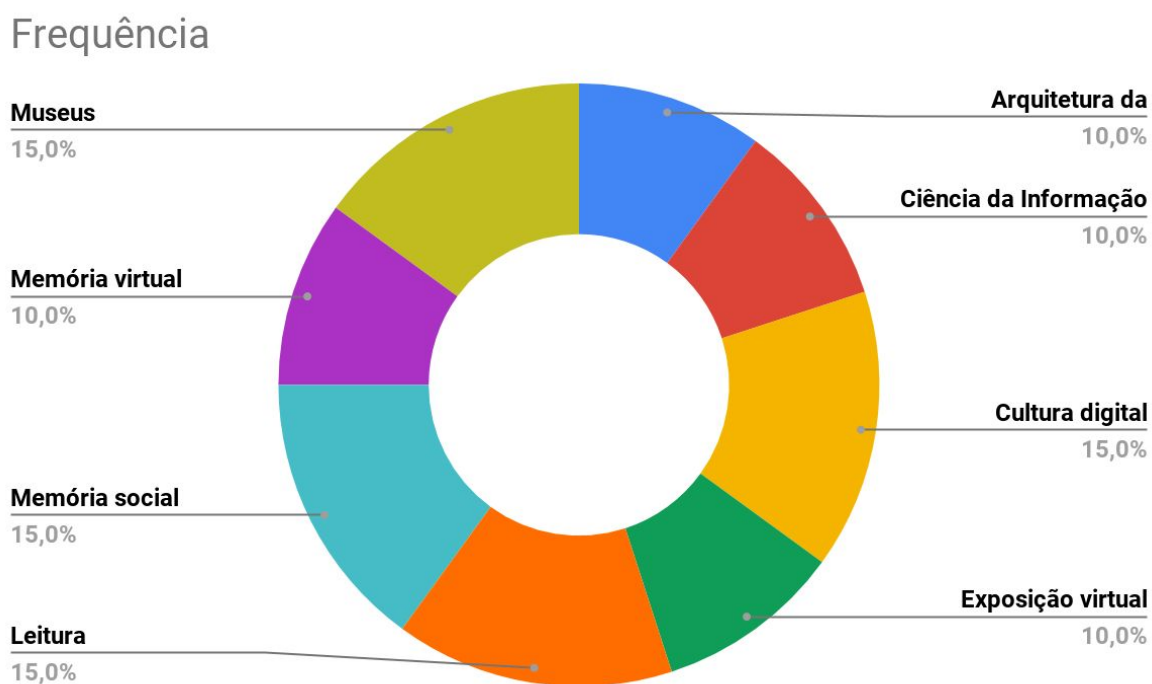
Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Analisando o gráfico 2, nota-se a regularidade das publicações sobre Patrimônio Digital. As primeiras ocorreram em 2007 e a mais recente, em 2018. Não houve mais do que duas publicações por ano, contudo houve uma periodicidade. Os anos com maior número de publicações foram 2007, 2014 e 2018.

Mesmo que o volume de publicações não seja grande, percebe-se um crescimento no ano de 2018. Pode-se dizer que, talvez, o desenvolvimento tecnológico trouxe maior enfoque acerca da inevitabilidade do desaparecimento das informações produzidas e publicadas na internet e dos danos que isso possa trazer às futuras gerações. Isto porque existe, atualmente, uma preferência pelo suporte digital, e a história das sociedades encontram-se registradas na internet ou em documentos digitais.

Outro ponto determinado para análise do presente estudo foi a temática abordada junto ao termo Patrimônio Digital. Para esse fim, observou-se as palavras-chave utilizadas nos artigos analisados, descartando o termo Patrimônio Digital. Através do gráfico 4 percebe-se que os termos “cultura digital”, “leitura”, “memória social” e “museus” aparecem com mais frequência.

Gráfico 3: Frequência temática.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

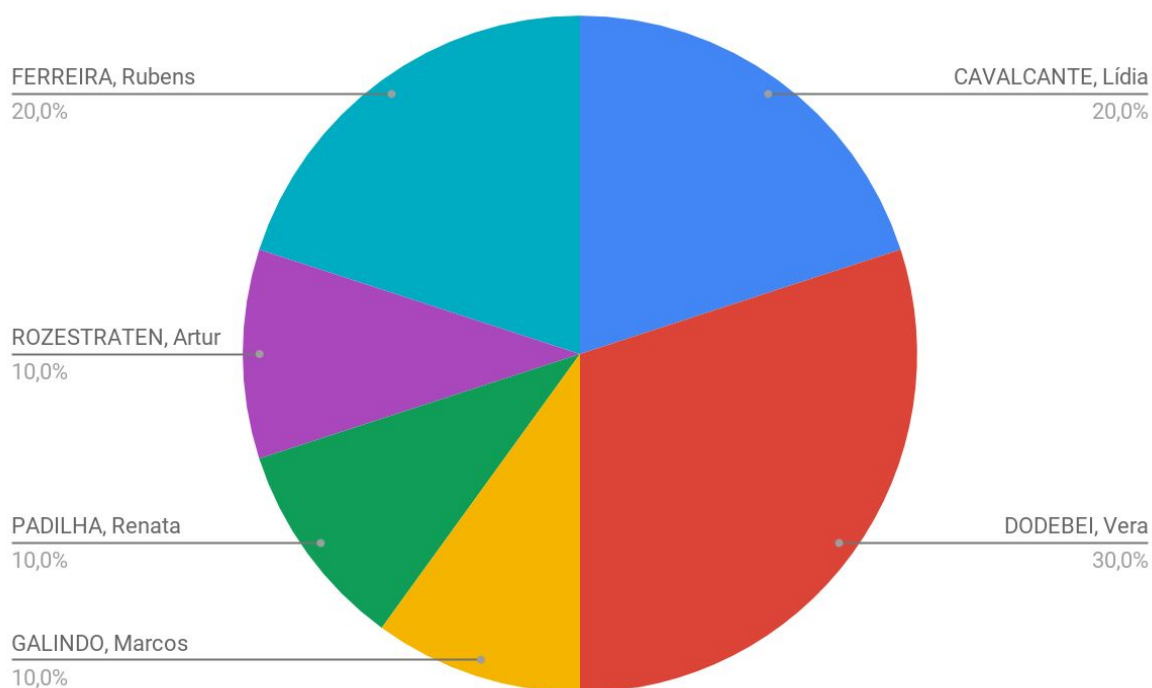
É interessante também destacar a presença do termo “memória virtual”, porque memória e patrimônio são amplamente pesquisados nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Uma vez que os trabalhos discutem Patrimônio Digital, o debate sobre o digital e virtual revela a importância de se chegar a um consenso sobre esses conceitos para que os pesquisadores possam padronizar os termos descritores e, assim, os trabalhos sejam recuperados com maior facilidade.

A presente pesquisa não chegou a utilizar o termo Patrimônio Virtual, mas durante os pré-testes realizados no levantamento de dados para o *corpus* do estudo

percebeu-se a presença desse termo em alguns artigos. Além disso, verificou-se que os tesouros da Biblioteconomia e Ciência da Informação não possuem descritores próprios para a indexação de estudos sobre Patrimônio Digital.

Por fim, o gráfico 5 ilustra os autores que mais publicaram sobre o assunto no *corpus* recuperado. Nota-se que a autora que mais publicou foi Vera Lucia Dodebei.

Gráfico 4: Autores.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Continuando a análise, outros dois autores destacaram-se quanto ao número de publicações, Lídia Cavalcante e Rubens Ferreira, com dois artigos cada. Tais autores foram utilizados no referencial teórico deste artigo, tanto para os termos Virtual e Digital quanto do próprio assunto pesquisado, o Patrimônio Digital. Esta informação comprova a escassez de pesquisadores estudando e publicando sobre o assunto no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente de seus limites, esta pesquisa buscou contribuir com os conhecimentos já existentes sobre Patrimônio Digital na área da Ciência da Informação. Conforme a metodologia estabelecida, a análise contou com um *corpus* de 12 documentos que trouxeram informações importantes e que podem ser alicerces de futuras pesquisas.

A fundamentação teórica abordada e a discussão conceitual elaborada neste trabalho, mesmo que de forma sucinta, buscou evidenciar o que já foi produzido. Constatou-se na bibliografia brasileira que são poucos os autores que discutem o conceito de Patrimônio Digital, tanto que alguns dos documentos analisados também fizeram parte do referencial teórico desta pesquisa.

A pesquisa, além de averiguar o cenário inicial, também revelou que o tema é mais pesquisado pela área de Museologia do que Biblioteconomia. Talvez por se tratar de um termo que costuma ser vinculado aos museus, mas a discussão não deve se limitar a eles. O Patrimônio Digital possibilita a criação de um referencial voltado para as pessoas - e não para um monumento ou recurso -, pois são elas que promovem a sua existência. A possibilidade de interação entre as pessoas e a tecnologia faz com que os bens digitais estejam em constante transformação. Além disso, reflete parte da complexidade para representação desse bem, tanto no processo de patrimonialização, quanto no processo de preservação (ORTH, 2014).

O estudo poderá contribuir com a consolidação do tema, tendo em vista que a concepção de um Patrimônio Cultural considera os alicerces que devem ser preservados para o futuro, com menores intervenções possíveis (CHOAY, 2006). O Patrimônio Digital afasta-se disso, pois é informação viva em função da especificidade da linguagem digital. Isso advém das possibilidades de interação e diálogos, criando inúmeras atualizações, permitindo que um bem digital esteja em constante construção. (ORTH, 2014).

Este estudo constatou que, por mais que a produção científica brasileira ainda seja limitada, houve um certo reconhecimento dessa temática nos últimos anos, o que torna necessário o incentivo em linhas de pesquisa no Brasil nessa área. Ressalta-se que as informações continuam se perdendo no ciberespaço, e estas podem não ser importantes agora, mas essenciais para as futuras gerações. No tocante aos objetivos da pesquisa, entende-se que todos foram alcançados e que os resultados advindos deste trabalho alimentarão novas pesquisas sobre a temática na área.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, p. 30-45, 2003.

AIKAWA, Noriko. An historical overview of the preparation of the UNESCO international Convention for the Safeguard of the Intangible Cultural Heritage. *Museum International: Intangible Heritage*, Paris, Unesco, v. 56, n. 1-2, p. 137-149, 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001358/135852e.pdf#135853>. Acesso em: 13 abr. 2019.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues et al. Novo nome e novo paradigma: da Biblioteconomia à Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**: Belo Horizonte, v. 5, n. especial, jan./jun. 2000, p. 81-91.

CAPES. Classificação da produção intelectual. Brasília, 2005. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Encontros científicos: fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

CARTERI, Karin Kreismann. Educação patrimonial e biblioteconomia: uma interação inadiável. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 14, n. 2, 2004.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. **Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade** 10.5007/1518-2924.2007 v12n23p152. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 12, n. 23, p. 152-170, 2007.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em questão**, v. 13, n. 2, p. 207-224, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CONARQ; Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Glossário. Brasília: Conselho Nacional de Arquivos, 2016.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Valor patrimonial: memória social e poder In: COSTA; Everaldo Batista da Costa; BRUSADIN, Leandro Benediti; PIRES, Maria do Carmo (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre a história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DODEBEI, Vera Lucia. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?. **DataGramZero**, n. 2, v. 12, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/7335>. Acesso em: 5 mar. 2019.

DODEBEI, Vera Lucia. **Patrimônio digital virtual: herança, documento e informação**. 26a. Reunião Brasileira de Antropologia, p. 1-12, 2008.

DODEBEI, Vera Lucia; GOUVEIA, Inês. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. **DataGramZero**, n. 5, v. 9, 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/6345>. Acesso em: 5 abr. 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio e performance: uma relação interessante. In: GARCIA, M. V. C.; GUSMÃO, R.; TEIXEIRA, J. G. L. C. **Patrimônio Imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília: TRANSE UnB, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e do cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. In: ABREU, T.; CHAGAS, M. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**, 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. p.59-79.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio, 2003. p. 25-33.

HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. Varia História. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261- 273, jul./dez. 2006.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 10 fev. 2019

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 272 p.

ORTEGA Y GASSET, José. *Misión del bibliotecario*. 2. ed. Madrid: Revista de Occidente, 1967. 83p.

ORTH, Gabriela Previdello. Entre a contingência e a permanência: arquivos nas linguagens eletrônicas. In: BEIGUELMAN, Giselle; MAGALHÃES, Ana Gonçalves (Org.). **Futuros Possíveis: arte, museus e arquivos digitais**. São Paulo: Editora Peirópolis Ltda., 2014.

ROUSSEAU, Ronald. Indicadores bibliométricos e econométricos para a avaliação de instituições científicas. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, 1998.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 10 jan. 2019.

WEBB, Colin et al. **Guidelines for the preservation of digital heritage**. 2003.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). **Produção científica em psicologia e educação**. Campinas: Alínea, 1999.